

DECLARAÇÃO

Nós, abaixo assinados, membros do Conselho Municipal de Habitação do Município de Valença/RJ, declaramos para os devidos fins que aprovamos as contas do Fundo Municipal de Habitação e Relatório de Gestão, com ressalva referente ao Exercício 2022.

Nomes dos Conselheiros

T: 1	<u>Assinaturas</u>
Titular: Jupira de Oliveira Ramos	
Suplente: Alexander Leite Silva Titular: Andreia Dias Aires	Johnson D. Liv
Suplente: Marco Antônio Toledo Titular: Shirley da Silva Costa Marins	Andrew D. Liv
Suplente: Maurício Cesar Ferreira Tavares Titular: Bernardo de Souza Machado	Malaganas
Suplente: Pedro Paulo Magalhães da Graça Titular: Lara Jomori de Castro	
Suplente: Jony Rideo Suzuki Titular: Alexis Abrahão Santos	
Suplente: Paulo Cesar Pereiro do Saure	
Alan Raimundo Resende	
Suplente: Miriam Fernandes	• 100 5
Titular: Carlos Henrique da Silva Suplente: Constança Villaboim de Castro Lima Gonçalves Torres	Cylia
Gonçalves Torres Titular: Maria de Lourdes Barbosa de Mattos	Con prince Dicensial
Suplente: Marco Antônio de Souza	
Titular: Mauro Ávila Reis	
Suplente: Ana Beatriz Barros Duque Monteiro	Miles
Titular: Vicente José Mendonça Cosate	a south les
Suplente: Edinil Silvestre	man and said



Relatório de Gestão do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – Exercício 2022

FMHIS

Prestação de Contas

01 – Apresentação

Prefeitura Municipal de Valença - RJ

Prefeito: Luiz Fernando Furtado da Graça

Presidente do CGFMHIS: José Geraldo Barbosa Chaves

Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS

CNPJ - 29.076.130/0001-90

Endereço: Rua Dr. Figueiredo, 320 - Centro - Valença/RJ

Lei de Criação: Lei Nº 2.424 de 15 de Dezembro de 2008 (Publicada no Boletim Oficial

n°274/2009, em 22 de Janeiro de 2009)

02 - Objetivos

A lei de criação do FMH é a de nº 2.424 de 15 de dezembro de 2008, (Publicada em 22 de janeiro de 2009), a qual institui o Fundo Municipal de Habitação e o Conselho Municipal de Habitação do Município de Valença.

A Natureza do Fundo é contábil e tem o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população com menor renda. É constituído pelas seguintes receitas:

- Dotações Orçamentárias Próprias;
- Recebimento de prestações decorrentes de financiamentos de programas habitacionais;
- Doações, auxílios e contribuições de terceiros;
- Recursos financeiros oriundos dos Governos Federal, Estadual e de outros Órgãos Públicos recebidos diretamente ou por meio de Convênios;
- Recursos financeiros oriundos de Organizações Internacionais de cooperação, recebidos diretamente ou por meio de Convênios;
- Aporte de capital decorrente da realização de crédito em instituições financeiras oficiais, quando previamente autorizadas em lei específica;
- Rendas provenientes da aplicação de seus recursos no mercado de capitais;
- Produto de arrecadação de multas ligadas a licenciamento de atividades e infrações as normas urbanísticas em geral e posturas, além de outras ações tributáveis ou penalizáveis que guardem relação com o desenvolvimento urbano em geral;
- Outras receitas provenientes de fontes aqui não explicitadas.





Sobre as aplicações dos recursos do FMH, as mesmas serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem aquisição, construção, melhoria, reforma locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais, produção de lotes urbanizados para fins habitacionais, urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social.

Além disso, objetiva-se realizar a implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social, adquirir materiais para construção, ampliação e reforma de moradias, recuperar e reproduzir imóveis em áreas precárias e deterioradas.

Entende-se então que a importância de institucionalização do FMH para o contexto político e sócioeconômico do município de Valença está na melhoria real da qualidade de vida que os recursos do respectivo Fundo podem trazer para a população local. Muitos programas e projetos podem ser criados e a estrutura municipal, como um todo, pode ser qualificada, melhorando o espaço urbano de forma muito significativa.

Ao longo dos anos com o processo de urbanização das cidades, criou-se um grande caos, que aflige não só as pessoas, como também todo o meio ambiente.

Atualmente as consequências desses fatos atingem até os pequenos centros, os quais, muitas vezes são utilizados como refúgio pela população, que busca cada vez mais distanciar-se dos problemas enfrentados nas grandes metrópoles, o que representa uma transferência de dificuldades para os municípios menores.

Diante desse quadro, o processo histórico vivenciado pela sociedade e fortalecido pelas relações capitalistas, ou seja, por uma dinâmica sócio-excludente, deve ser compreendido para que se possa apreender coerentemente a atual situação habitacional, econômica, social, política e ética da humanidade.

A cidade é hoje, palco dos mais variados interesses, é um espaço de disputa de diferentes atores e segmentos sociais que reclamam a satisfação de suas necessidades. Nela estão presentes uma grande diversidade de padrões culturais, classes sociais, religiões, formas arquitetônicas e todas as formas de convivência. É um espaço que possui dinamismo com suas diferentes partes, as quais estão em constante interação, constituindo, assim, uma esfera primordial no processo sóciohistórico. Daí então se torna mais fácil o entendimento da realidade de uma população excluída dos processos sociais, marginalizada por um sistema de produção que visa unicamente o lucro, negligenciando suas demandas mais básicas.

Segundo pesquisas nas áreas de recursos humanos, estudos municipais e metropolitanos, considerando o déficit habitacional brasileiro, a faixa salarial mais atingida é a de aproximadamente 90,3% da população que ganha entre 01 (um) e 03 (três) salários mínimos.

O FMH em nível local e a partir dos objetivos de sua criação busca atingir exatamente esse público, pois são sujeitos vítimas de um processo social absolutamente desigual na distribuição de riquezas que favorece uma pequena elite e prejudica a maior parte da população brasileira. É preciso relatar também, que os sinais do referido processo, no âmbito social são sentidos em todos os aspectos da vida humana, tornando ainda mais relevante à existência e o bom funcionamento de um Fundo e Conselho Gestor do Fundo, de maneira que se entende a abrangência da política habitacional na ampla conjuntura da sociedade.



A habitação não se restringe à moradia, já que incorpora também o direito à infraestrutura, ao saneamento ambiental, à mobilidade, ao transporte, a equipamentos e serviços urbanos e sociais, etc, enfim, o direito à cidade. A habitação é, portanto, um elemento que constitui o rol das demandas de uma pessoa, de uma família. Está atrelada a outras necessidades e precisa da satisfação de cada uma delas para ser adequadamente atendida.

O conhecimento que temos acerca da situação habitacional do nosso município, leva-nos a observar que existem algumas dificuldades a serem vencidas. Uma está relacionada à regularização fundiária. Algumas famílias desconhecem a origem da documentação de seus terrenos, ou, ainda, não possuem documentos legais.

Com recursos que o FMH pretende alocar junto ao governo federal, será possível atender de forma bastante eficiente essas demandas, pois tendo projetos sociais qualificados, uma intervenção técnica adequada e verbas suficientes pode-se estender a realização de muitas obras de interesse social.

Considerando que a política de Habitação envolve tantos elementos, calcula-se que o desenvolvimento social dessa população beneficiada vá acontecer gradualmente. Com certeza, a melhoria do próprio ambiente doméstico, através da construção, reforma e ampliação das habitações e também o aspecto da localidade onde tais famílias morarão, como pavimentação, boa iluminação, dentre outras características que contribuem para o bem estar familiar e comunitário, o que certamente incentiva outras ações, como: avanço na conquista de melhores trabalhos, retorno aos estudos, a participação da população em espaços de debate, troca de ideias e outras formas de emancipação popular.

03 - Metas propostas e alcançadas

O Conselho Municipal de Habitação de Valença, nomeado pela Portaria nº 619 de 14 de julho de 2021, BO 1369 DE 16/07/2021, teve seu calendário de reuniões em 2022 de forma regular, no que diz respeito ao comparecimento de seus conselheiros às reuniões. Sob o foco de acompanhar o PLHIS (Plano Local de Habitação, e dar suporte ao Grupo GIPP (Grupo Institucional do Poder Público) em apoio ao Residencial Fazenda Santa Rosa II, do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida.

As ações ocorrem em parceria com ao Grupo GIPP, bem como acompanhar a Regularização Fundiária nos Loteamentos Vadinho Fonseca e Campo Alegre no Bairro da Varginha.

O Conselho continua buscando junto aos órgãos municipais e sociedade civil organizada, apoio à compreensão e alternativas que viabilizem a redução do déficit habitacional apontadas no cenário do PLHIS (Plano Local de Habitação).

As metas priorizam: Criar uma central informatizada de cadastro das demandas habitacionais junto às secretarias municipais, atualizar a listagem existente; Urbanizar assentamentos precários; Melhorar as condições de habitabilidade de famílias de baixa renda; Implementação de plano de regularização fundiária em todo município; Suprir parte da demanda habitacional do município através de programas que atendam famílias que não têm condições de pagar aluguel; construção e reforma de equipamentos comunitários e institucionais, vinculados a projetos habitacionais e de saneamento básico; Projetos de recuperação urbana em áreas ocupadas por população de baixa renda; Capacitação dos técnicos municipais e do Conselho de Habitação, entre outros (PLHIS-Estratégia de Ação).



Das estratégias de ação enumeradas no PLHIS, o município vem trabalhando na Revisão do Plano Diretor; nas atualizações de leis e modernização do Setor Fiscal; implantação de áreas específicas de interesse social; ações referentes à Regularização Fundiária.

Apesar de alguns avanços ainda não foi possível à criação de um setor específico para habitação. O FMH ainda não tem recursos fiscais próprios para aplicar em habitação; faz-se necessário consolidar recursos e fontes de financiamento que assegurem o investimento neste setor.

04 - Indicadores ou Parâmetros de Gestão

O Conselho Municipal de Habitação pretende manter a periodicidade das reuniões ordinárias e a publicidade em Diário Oficial do Município da documentação pertinente as suas atividades regulares (convocações e atas de reuniões, listas de presença e outros).

Discutir formas de investimento e captação de recursos para alimentar o FMH; implantar e consolidar a Gestão de Política Municipal de Habitação no município; suprir as necessidades quanto à escassez de recursos humanos qualificados; dispor de um ambiente informatizado, com equipamentos adequados; capacitar os profissionais que atuam na política habitacional e os membros do Conselho.

Continuar incentivando reuniões, seminários, conferências, grupos temáticos que estimule a estrutura de um ambiente favorável que conte com profissionais como: um assistente social, um arquiteto, um engenheiro, um técnico administrativo e técnicos responsáveis pelo acompanhamento da aplicação dos recursos do FMH e pela avaliação dos mesmos, levando em conta, sempre, as decisões do Conselho Municipal de Habitação.

Seguir com o monitoramento, atualização e avaliação do PLHIS como instrumento de gestão da Política Habitacional, elucidar os parâmetros para identificar em que medida os propósitos estabelecidos foram alcançados; quais os aprimoramentos e ajustes nos processos desenvolvidos serão necessários; e ainda, possibilitar que se mantenham atualizadas e disponibilizadas as informações referentes à política pública habitacional e à atuação dos atores sociais envolvidos com o Setor Habitacional no município.

05 - Análise do Resultado Alcançado

O Conselho tem sido participativo nas decisões que lhe compete; continuará partindo do cenário do PLHIS nas estratégias e ações, para sanar as necessidades prioritárias. Também, continuar propondo receita municipal para consolidar recursos e fontes de financiamento que assegurem o investimento no setor habitacional.

Comprometimento ao analisar e aprovar as prestações de contas do Fundo Municipal e Relatório Anual de Gestão.

A partir do trabalho de cooperação, acompanhar, incentivar e fomentar ações na Regularização Fundiária de Interesse Social nos Loteamentos Vadinho Fonseca e Campo Alegre, bem como apoio ao GIPP – Grupo Institucional do Poder Público em apoio aos moradores do Residencial Fazenda Santa Rosa II, do Programa Minha Casa, Minha Vida, que a partir de demandas socias busca-se melhorar a qualidade dos serviços ofertados pela rede pública, entre outras necessidades de habitabilidade.



06 - Avaliação da Atuação do Conselho Gestor do FMHIS

O Conselho Municipal de Habitação em observância ao seu Estatuto vem com antecedência realizando a convocação dos membros, para viabilizar os trabalhos, são realizados: lista de frequência, pauta de reunião, envio de convocação em e-mail e grupo de WhatsApp, que contribuem para atingir os objetivos da transparência na gestão do Conselho e participação comunitária.

A acessibilidade, os horários e datas de reuniões são adequados e compatíveis com a maioria. As reuniões são provocadas em tom de debates, questionamentos, informações, sugestões que viabilizem a compreensão em prol das condições de habitabilidade e identifique as situações que necessitem da atuação do Poder Público.

Em 2023, o Conselho Municipal de Habitação se manteve na incumbência de aprovar as Contas do Fundo Municipal de Habitação e Relatório de Gestão referente ao Exercício 2022. Não houve contingenciamento de despesas no exercício de 2022, sendo aprovado com ressalvas em virtude de se destinar recursos específicos para o FMH.

07 - Medidas Adotadas ou a Serem Adotadas Para Aprimorar os Mecanismos de Gestão

O atual cenário brasileiro tem trazido discussões que percorrem nas plenárias do CMH, tais como o aumento do desemprego, enfraquecimento da economia local, elevado número de famílias despejadas de aluguéis, maior procura por habitação popular, etc.. Inúmeras famílias aguardam na lista de espera de novas construções de empreendimentos habitacionais.

É imprescindível, no âmbito das discussões da política habitacional e da funcionalidade do CMH e FMH continuar promovendo discussões, sugestões, agendamentos de reuniões e encaminhamentos de propostas para viabilizar, aprimorar a eficácia e legitimidade das ações do Conselho no cenário municipal.

Viabilizar o monitoramento do PLHIS e ações que implicam no fortalecimento da Política Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, apoio na implementação do Plano Diretor; Revisão dos Códigos Municipais de Postura, Tributário, de Obras e Parcelamento do Solo, bem como elaboração de planos, programas e projetos municipais no âmbito social, em condições favoráveis de habitabilidade aos munícipes.

Promover realização de reuniões, encontros, seminários com técnicos da Prefeitura, técnicos da Caixa Econômica Federal, contemplados do PHMCMV, famílias residentes nos morros do Cruzeiro e São Sebastião, no Distrito de Santa Isabel e loteamentos irregulares serão ferramentas para o bom andamento das ações político-sociais no município.

Continuar incentivando e fortalecendo a sociedade civil organizada, mobilizando a participação comunitária no Conselho. Provocar fóruns de debate, seminários e conferências em torno da Política Habitacional. Promover a divulgação do Fundo Municipal de Habitação e do Conselho de Habitação utilizando os meios de comunicação, numa linguagem acessível sobre a política habitacional para despertar o interesse e participação das pessoas em torno da referida política.

Também, almeja-se promover meios e recursos para a capacitação permanente dos diversos atores envolvidos na política habitacional, a qual deverá ser estendida também a todos os membros do Conselho. Convidar profissionais especializados para proferir palestras e acompanhar o impacto



de determinadas ações. Incentivar a estruturação de um setor específico para Habitação e ações pertinentes a ela.

Criar Comissões Temáticas para estudos, análises e discussões sobre temas habitacionais específicos no município.

Valença, 18 maio de 2023.

Paulo Sérgio Gomes Graça

Secretário Municipal de Obras e Planejamento Urbano

Paulo Sergio Gomes da Graça Secretário Municipal de Obras e Planejamento Urbano Matrícula Nº 103462/PMV